



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS III
CENTRO DE HUMANIDADES – CH
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

NILTON SÉRGIO SANTOS DE ARAÚJO

**A CENSURA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL
1964 –1985**

**GUARABIRA-PB
2019**

NILTON SÉRGIO SANTOS DE ARAÚJO

**A CENSURA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL
1964 –1985**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dra.^a Edna Maria Nóbrega Araújo

**GUARABIRA-PB
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A345c Araujo, Nilton Sergio Santos de.

A censura em tempos de ditadura civil-militar no Brasil 1964-1985 [manuscrito] / Nilton Sergio Santos de Araujo. - 2019.

25 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação : Profa. Dra. Edna Maria Nóbrega Araújo , Departamento de História - CH."

1. Censura. 2. Ditadura civil-militar. 3. Imprensa. I. Título

21. ed. CDD 920.008

NILTON SÉRGIO SANTOS DE ARAÚJO

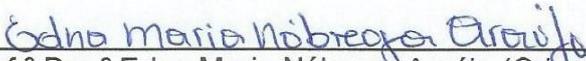
**A CENSURA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL
1964 – 1985**

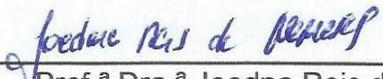
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado a Coordenação do Curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de licenciado em História.

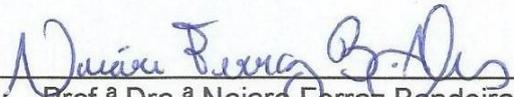
Orientadora: Prof.^a Dra.^a Edna Maria Nóbrega Araújo

Aprovada em: 18 / 06 / 2019.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a Dra.^a Edna Maria Nóbrega Araújo (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dra.^a Joedna Reis de Meneses
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof.^a Dra.^a Naiara Ferraz Bandeira Alves
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Dedico este trabalho a Deus autor da minha vida, à minha mãe Lúcia, amigos e familiares que me incentivam na trajetória acadêmica.

“Apesar de você amanhã há de ser outro dia... Inda pago pra ver o jardim florescer qual você não queria...”
(Chico Buarque de Holanda)

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	João Goulart	09
Figura 02	Manchetes de Jornais do Comício da Central do Brasil–1964	11
Figura 03	Manchetes de Jornais - Marcha Família com Deus pela Liberdade 1964.....	12
Figura 04	Jornais noticiando o golpe.....	13
Figura 05	Imagens dos Jornais com matéria censurada: <i>O Estado de São Paulo</i>	16
Figura 06	Capa <i>Jornal Opinião</i> da década de 70.....	17
Figura 07	Capas de Revista <i>Veja</i>	18
Figura 08	Capas da Revista <i>Manchete</i>	18
Figura 09	Capas da Revista <i>Realidade</i>	19
Figura 10	Revista <i>O Cruzeiro</i>	20
Figura 11	Charge que representou um slogan do regime civil-militar.....	21

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	08
2	REGIME MILITAR BRASILEIRO	09
3	A DITADURA CIVIL MILITAR E A MÍDIA	13
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
	REFERÊNCIAS	23

A CENSURA EM TEMPOS DE DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

1964 – 1985

THE CENSORSHIP IN TIMES OF CIVIL-MILITARY DICTATORSHIP IN BRAZIL

1964 – 1985

Nilton Sérgio¹

RESUMO

O artigo consiste em um estudo sobre o papel da censura aos jornais e revistas durante a ditadura civil-militar no Brasil entre 1964 e 1985. Para analisar o controle promovido pelo governo à imprensa da época, foram apresentadas capas de jornais como O Cruzeiro, O Estado de São Paulo, Movimento, Opinião, O Globo e as revistas Época, Veja, Manchete e Realidade, com censuras, além de como os censores atuavam na manipulação da mídia ao povo. Marcos Napolitano nos leva a entender o papel da imprensa que foi de extrema importância no apoio ao golpe, onde jornais se articulavam para ser um porta voz ao povo e assim convencer a apoiá-los. Era preferível não entrar em choque com o governo para não terem matérias censuradas. O propósito é perceber melhor como foi a consolidação da queda do governo, pondo em questão a liberdade de expressão e de imprensa.

Palavras-chave: Censura; Ditadura civil-militar; Imprensa.

ABSTRACT

The article consists in a study on the role of censorship of newspapers and magazines during the civil-military dictatorship in Brazil between 1964 and 1985. To analyze the control promoted by the government to printed at the time, were presented covers of newspapers such as the cruise ship, the state of São Paulo, Movement, Opinion, the Globe and the magazines Time, See, Headline and reality, with reproaches, as well as the censors acted in the manipulation of the media to the people. Mark Napolitano leads us to understand the role of the press, which was of extreme importance in supporting the coup, where newspapers are matched to be a spokesman unto the people, and thereby convince them to support them. It was preferable not to come into conflict with the government not to have censored materials. The purpose is to better understand how was the consolidation of the fall of the government, calling into question the freedom of expression and of the press.

Key-words: Censorship; civil-military dictatorship; Press.

¹ Licenciado em História pela Universidade Estadual da Paraíba. niltonsergio.pb15@hotmail.com

1- INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo discutir o papel da censura aos Jornais e Revistas durante a Ditadura Civil-Militar no Brasil entre 1964 e 1985. Diante disso, faremos uma breve abordagem sobre o autoritarismo e as mídias durante e após o período supracitado.

O trabalho aqui apresentado procura atender ao desafio de contribuir para melhor entendimento do que foi o controle promovido por meio da censura aos meios de comunicação, sobretudo, jornais e revistas durante a ditadura civil-militar. Trata-se de um tema instigante visto que a censura não foi algo presente apenas neste período, porém foi após 1964 que esta prática se intensificou no país. As sequelas do golpe e suas consequências que afetaram milhões de brasileiros ao que parece está sendo esquecida por parte de uma parcela da população que enaltece o golpe e seus torturadores. São pessoas com faixas durante algumas passeatas semelhantes aquelas ocorridas em 1964, sugerindo a volta dos militares ao poder.

Por isso, compreendemos que o presente trabalho, apesar de ser bastante resumido em termos de pesquisa, é possível que o leitor possa se dar conta que a Ditadura foi uma experiência que não deve ser repetida nunca mais no Brasil e nem no mundo.

Para a realização deste estudo, buscamos fazer uma pesquisa em Jornais e Revistas que circulavam durante a Ditadura Civil-Militar. Embora fosse um período bastante rico em circulação de periódicos, devido à limitação de tempo disponível, escolhemos apenas alguns exemplos.

Periódicos são fontes magníficas para os historiadores [...] permitem ao historiador avaliar como importantes veículos de formação de opinião noticiavam determinado evento, em um determinado momento da [história]. Os periódicos também nos dão acesso à maneira como determinadas parcelas da população se comportam diante de um fato como o ocorrido em 1964. (FERREIRA, GOMES, 2014, p.12/13).

Por meio das leituras de Jornais e Revistas da época é possível fazer uma leitura sobre o que os editores desejavam informar aos leitores. O vocabulário, as imagens selecionadas, tamanho das imagens, manchetes, o termo que usavam para interpretar o 31 de março e 1 de abril. Revolução? Rebelião? Não aparecia o nome Golpe já que os que eram contra o golpe não poderiam se manifestar abertamente.

A referência bibliográfica abordada no trabalho busca comentar sobre o contexto geral antes e depois de 1964 e a situação enfrentada principalmente pelos canais de comunicação da época, a restrição do direito de informação dos cidadãos e como as emissoras se posicionaram diante das ocorrências. Os autores discutidos ao longo do texto são vários, porém, Marcos Napolitano, Maria Luiza Tucci Carneiro, Jorge Ferreira, Angela Maria de Castro Gomes, Victor Reis Mazzei, Carlos Fico, etc, são os que mais influenciaram a escrita.

2 - REGIME MILITAR BRASILEIRO

O Brasil vivenciava um momento democrático onde o presidente João Goulart governava o país com base numa política de valorização dos direitos trabalhistas, de independência nas relações exteriores, de defesa das reformas de base como: agrária, tributária, urbana, educacional e eleitoral. Com tais ideias, afligiou aos interesses da burguesia brasileira, parte da Igreja Católica e os imperialistas norte americano. “O golpe foi mais do que uma mera rebelião militar. Envolveu um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, à doença infantil do antirreformismo dos conservadores” (NAPOLITANO, 2014, p. 43/44).

Jango, como era chamado, havia assumido o posto em 1961 depois de inesperada renúncia de Jânio Quadros. Porém, suas políticas trabalhistas de pronto desagradaram os setores mais conservadores da sociedade brasileira, que, quando sua tentativa de buscar apoio junto às massas para suas “reformas de base” ganhava força, optaram por derrubá-lo, apoiados nas Forças Armadas e na “experiência histórica em intervenção política” por parte do Exército Brasileiro. (OLIVEIRA, 1976).

Figura 01 - João Goulart



Fonte: <https://www.google.com.br/> Acesso em: 19/03/2019.

O papel da imprensa foi importante para o golpe a começar pelo editorial publicado em 13 de setembro de 1963 com o título “Basta”. O *Jornal do Brasil* apresentou a senha para a formação de um bloco da imprensa contra o Governo. “Os grandes jornais começaram a se articular na chamada ‘Rede da Democracia’, nome pomposo para articulação golpista que tinha na imprensa mais do que um mero porta voz. A imprensa divulgava matérias mostrando as reformas como ligadas ao comunismo em plena Guerra Fria”. (NAPOLITANO, 2014, p.45/46).

A imprensa preparou o clima para que os golpistas de todos os tipos, tamanho e matrizes se sentissem mais amparados pela opinião pública ou,

ao menos, pela 'opinião publicada'. Como em outras épocas da história do Brasil, a opinião publicada não era necessariamente a opinião pública majoritária. Os dados do Ibope mostram bem. João Goulart deixa o governo com 45% de aprovação de ótimo e 59% eram a favor das reformas anunciadas no Comício de 13 de março. (NAPOLITANO, 2014, p. 47).

Jango era um candidato forte em caso de eleição e claro não agradava aos opositores. Daí a imprensa passou a divulgar a possibilidade de autogolpe, de matiz revolucionária. “Na lógica particular da classe média brasileira, a ascensão dos ‘de baixo’ é sempre vista como ameaça aos que estão nos andares de cima do edifício social. Não por acaso que o fantasma do comunismo encontrou mais eco nesses segmentos médios” (NAPOLITANO, 2014, p. 47).

Organizações como o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), produziam material criticando o governo com o intuito de formar uma nova elite política ideologicamente orientada para uma modernização conservadora do capitalismo brasileiro. Também foi importante na articulação entre setores civis e militares. Ambas as organizações eram financiadas pela CIA e foram fundamentais para articularem os vários setores do golpe. (NAPOLITANO, 2014, p. 49).

De acordo com Marcos Napolitano (2014, p. 53) em 1964, a política foi para as ruas. “À Politização das ruas, somou-se a ação de grupos de pressão (empresários e lideranças de diversos tipos) e de movimentos sociais e a politização dos quartéis – das salas de comando às casernas”.

Mais de 200 mil pessoas se reuniram entre a estação de trem e o QG do Exército a partir das três horas da tarde, para ouvir vários discursos e gritar palavras de ordem pelas reformas. Nada menos de 15 líderes discursaram antes de João Goulart, incluindo Miguel Arraes e Leonel Brizola, [...] Por uma hora o presidente atacou os falsos democratas “antipovo”, o uso da religião cristã pela indústria do anticomunismo, defendeu os interesses nacionais e prometeu encaminhar as reformas. Conclamou o Congresso Nacional ouvir o clamor das ruas pelas reformas e pela revisão da Constituição que impedia mudanças políticas e institucionais, como a ampliação de direito de voto e a reforma agrária. Afastou qualquer possibilidade de “virada de jogo” por parte do governo, como um golpe de Estado, ao mesmo tempo que conclamou as massas para defender o seu governo e o projeto reformista, prevendo uma “luta que tanto maior será contra nós quanto mais perto estivermos do cumprimento de nosso dever.” (NAPOLITANO, 2014, p. 55).

Figura 02 - Manchetes de Jornais do Comício da Central do Brasil – 1964



Fonte: <https://www.google.com.br/> Acesso em: 14/04/2019.

Dois dias depois que iniciava o ano legislativo, o presidente enviou uma mensagem ao Congresso Nacional, defendendo as reformas de base, a revisão da Constituição etc. No entanto, a maioria dos deputados já não apoiava o Governo. A reação conservadora foi imediata e ocorreu nas ruas no dia 19 de março em São Paulo, quando mais de 500 mil pessoas foram para as ruas com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. As pessoas conduziam “cartazes anticomunistas e contra o governo e sua agenda reformista. Patroas de cabelos com laquê e empregadas domésticas não muito confortáveis estavam lado a lado, contra o fantasma do comunismo. Religiosas, políticos, lideranças de classe também estavam presentes à passeata” (NAPOLITANO, 2014, p. 56).

Figura 03 - Manchetes de Jornais - Marcha Família com Deus pela Liberdade - 1964



Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em: 14/04/2019.

O tom de campanha adotado pela maioria da mídia contribuiria também, e de forma decisiva, para o engajamento da classe média no movimento que levaria à queda de Jango. Multidões foram às ruas, em marchas cada vez mais concorridas.

Em 31 de março Olympio Mourão comandante da 4ª Região Militar iniciou uma rebelião em Juiz de Fora. Suas tropas marcharam em direção ao Rio de Janeiro com o objetivo de derrubar o governo. Por outro lado, os Estados Unidos, preparavam uma frota da marinha para ajudar os golpistas, caso encontrassem resistência. Enquanto os militares marchavam contra o governo, os parlamentares declaravam vaga à presidência da República abrindo caminho para que a Junta Militar tomasse o poder do Brasil. Apesar da Insistência de Brizola, Jango percebendo que não contava mais com o apoio do Exército, resolveu desistir de um confronto e foi para o exílio no Uruguai.

Houve forte participação da mídia nos acontecimentos que levaram ao golpe militar de 1964, a contribuição foi decisiva para a implantação da ditadura que dominaria o país por 21 anos. Pode-se dizer, sem medo de

errar, que apenas um único jornal, *Última Hora*, não aderiu ao golpe. (DANTAS, 2014).

Figura 04 - Jornais noticiando o golpe



Fonte: <https://bibliotecadaeca.files.wordpress.com>. Acesso em: 18/04/2019.

Com o exílio do Presidente teve início no Brasil uma ditadura militar que duraria por longos 21 anos, abril de 1964 e janeiro de 1985.

3 - A DITADURA CIVIL-MILITAR E A MÍDIA

Primeiro entre os presidentes/generais, o governo de Castelo Branco inicia anos de muita turbulência onde o país viveu sob um regime autoritário que visava o total controle da sociedade (RAPOSO, 1994). Repressão política censura, torturas e assassinatos estiveram presentes nos governos militares desde o princípio.

Embora tenha passado para a história como o maior representante da “ditabranda”, o governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do Regime autoritário. Nele foram editados 4 Atos Institucionais, a Lei de Imprensa e a nova Constituição, que selava o

princípio de segurança nacional e que, doravante deveria nortear a vida brasileira. A Comissão Geral de Inquéritos esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs. Que alimentaram mais o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziram resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo de Castelo. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos, concentrando cerca de 90% das 1.230 sanções a militares ao longo do regime. (NAPOLITANO, 2014, p. 73).

Ao que se pode perceber em nenhum momento a Ditadura Civil-Militar estabelecida em 1964 pode ser considerada branda. Desde o momento do Golpe, pessoas foram apreendidas em seus direitos: parlamentares tiveram seus mandatos cassados, como Leonel Brizola, João Goulart, Miguel Arraes, Jânio Quadros, etc, militares, funcionários públicos e civis foram demitidos ou aposentados, etc. A punição se estendeu a todos contrário ao regime. Ancorados na imprensa e nos partidos conservadores os primeiros quatro anos foram marcados pela combinação de repressão seletiva e construção de uma ordem institucional autoritária e centralista.

A mídia transformou-se numa poderosa ferramenta ideológica na construção, do Golpe e logo após, no apoio ao regime militar. A mídia foi de fato benevolente com a ditadura militar brasileira. Diversos jornais que afirmavam não estar a favor do regime ditatorial, ficaram ao lado dos ditadores. É de fácil entendimento de que a opressão e repressão acentuavam-se através das propagandas dos programas de TV, jornais, revistas, etc.

Segundo Carlos Fico (2004) dentre os Órgãos e jornalistas que combateram e criticaram a ditadura podemos destacar: *Movimento, Opinião, O Pasquim, a Folha da Tarde* de certa época, o *Estado de São Paulo*. Porém milhares de veículos, por todo o Brasil, assumiram posturas pragmáticas ou de total apoio ao regime.

Jornais de caráter independente, como *Opinião, Correio da Manhã*, dentre outros, eram considerados pelo regime militar como meios midiáticos que divulgavam em suas páginas conteúdo editorial contrário aos interesses do governo. Questionavam aberta e duramente o regime imposto, denunciando a arbitrariedade e a violência dos atos cometidos pelos militares. O regime, então, como forma de enfraquecer e atingir esses veículos de comunicação alternativos buscava persuadir as empresas privadas para que não inserissem seu material publicitário na mídia que estivesse em oposição ao regime, isso porque a publicidade em forma de anúncios sempre teve um papel fundamental na vida financeira da grande maioria desses veículos. Estima-se que cerca de 50% de sua receita seja proveniente da veiculação publicitária, sendo o restante preenchido com assinatura e venda avulsa. (SMITH, 2000).

A Petrobras foi outro anunciante que rompeu seu contrato com o *Opinião* após vir anunciando durante três anos. *Opinião* mantinha posições nacionalistas bem definidas e sempre havia apoiado o monopólio estatal do petróleo. Quando o regime começou a reconsiderar esse monopólio e examinar a possibilidade de contratos de risco com o exterior, a Petrobras subitamente cancelou seus anúncios (SMITH, 2000, p. 82).

A maioria das empresas do mundo da mídia, apesar de apoiarem o golpe e consequentemente a intervenção militar, quando se tratava de sua liberdade de

imprensa ficavam insatisfeitas. Porém para manter o seu funcionamento preferiam não entrar em choque contra o governo ou teriam suas matérias censuradas.

A censura prévia caracterizou-se pela instalação de censores nas redações dos jornais, encarregados de vetar, na íntegra ou parcialmente, matérias produzidas para serem publicadas. Em caso de periódicos não-diários, a norma era enviar o material a ser veiculado para o Departamento de Polícia Federal do Estado do órgão de divulgação, ou em circunstâncias determinadas mandar diretamente à Polícia Federal. Em Brasília. Depois de analisado e devidamente vetado o material era devolvido à redação, nem sempre em condições de ser veiculado (excesso de cortes) e nem a tempo de ser editado. (AQUINO, 2002, p. 518).

É certo que, muitos Jornalistas foram censurados em muitos trechos que deveriam ser publicados, eram proibidos antes mesmo de sua publicação, os periódicos que conseguiam o aval para suas publicações em certo apoiavam as intervenções estabelecidas.

A Revista *Veja*, por exemplo, criada em 1968, teve censura prévia sistemática durante alguns meses de 1972, entre fevereiro e junho de 1976, até 1974 a Revista teve duas edições apreendidas e uma em 1971. Já o jornal *O Estado de S. Paulo* ficou sob censura entre março de 1973 e janeiro de 1975. (MAIA, 2002).

De acordo com Maia (2002, p. 474), em agosto de 76, a associação Brasileira de Imprensa enviou carta ao Presidente Ernesto Geisel pedindo o abrandamento da censura imposta aos jornais *Opinião* e *O Estado de São Paulo*:

Contrária, de maneira absoluta, pelo princípio que inspirou sua fundação. À censura prévia, a Associação acredita, entretanto, merecer melhor exame das autoridades o processo para ela adotado, que dificulta extraordinariamente o próprio funcionamento do jornalismo, mesmo quando queira cumprir as determinações recebidas. Não se trata apenas da maior despesa, do maior esforço, da maior mobilização do pessoal e do tempo que se perde, mas do sacrifício da atualidade, essencial à própria função de qualquer jornal em qualquer país do mundo. (MAIA, 2002, p. 474).²

É claro que, os jornalistas usaram diferentes estratégias para burlar a censura. Como diz Maia (2002, p. 474), os artifícios variavam de versos de Camões, peças publicitárias, receitas de bolo, inclusão de informações proibidas no corpo da matéria já liberada, sucessivas reapresentações de matérias vetadas na tentativa de passar por um outro censor, deixar em branco os trechos suprimidos pelos censores, etc. Estes truques levavam a desistência de assinaturas por parte de alguns leitores cansados com as lacunas deixadas pela censura.

Porém, é importante lembrar que não se pode falar de censura apenas no regime militar porque ela nunca deixou de existir no Brasil. Com a ditadura, se intensificou porque tudo poderia ser censurado, bastando o governo lançar mão desta ou daquela dubiedade da legislação. Isso não seria necessário, por diversos motivos, sendo os mais óbvios a truculência que se instalaria no país após o AI-5 e a colaboração espontânea das diversas instâncias envolvidas, como donos de jornais, jornalistas, produtores de cinema e de televisão. As atividades artísticas, culturais e recreativas foram reguladas desde sempre como o teatro, o cinema, a TV, o circo, os

² Carta da Associação Brasileira de Imprensa, datada de 04/08/1976, dirigida ao Presidente da República, Ernesto Geisel. MAIA, Maurício. “Censura, um processo de ação e reação”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). **Minorias Silenciadas: Histórias da Censura no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2002.

bailes musicais, as apresentações de cantores em casas noturnas, Livros, etc. (FICO, 2004).

Figura 05 - Imagens dos Jornais com matéria censurada *O Estado de São Paulo*



Fonte: MAZZEI, Victor Reis. **Jornal o Diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2011. Acesso em: 06/05/2019.

Nos jornais acima, observamos no *O Estado de São Paulo* um espaço cuja matéria foi censurada e colocada trechos do poema *Os Lusíadas* de Camões, como era costume acontecer. E no outro o espaço em branco mostrando que frases foram apagadas pelo censor sem que outra tenha sido colocada no lugar.

Por convicção e por interesse, as empresas jornalísticas são favoráveis à liberdade de manifestação, notadamente quando as restrições atingem-nas também. Por isso, quando o regime militar adotou medidas para cercear a imprensa e agrediu os valores liberais tradicionais (opinião, manifestação, garantias individuais), a maioria dos veículos jornalísticos mostrou-se descontente. Exceto *O Globo*, todos os jornais analisados criticaram a censura e a intensificação da legislação autoritária, e todos se apresentaram como adeptos dos valores liberais e democráticos, inclusive *O Globo*. Porém, a intensidade das críticas variou bastante, assim como a disposição para correr riscos. Para facilitar a análise, pode-se dividi-los em dois blocos, agrupados de acordo com as atitudes adotadas diante da ditadura: *O Estado de S. Paulo* (OESP), *Jornal do Brasil* (JB), *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Globo*, de um lado, e *Correio da Manhã* (CM) e *Última Hora* (UH), na outra ponta. (MOTA, 2013 p.7).

Jornalistas passaram a ter seus empregos ameaçados. Além disso, os militares pressionavam os empregadores para que os repórteres fossem demitidos caso noticiassem alguma matéria que estivesse em desacordo aos interesses do regime, conforme ilustra Marconi (1980, p. 33/34).

A LSN (Lei de Segurança Nacional) diz em seu artigo 16 a detenção de até um ano dos jornalistas que divulgassem por qualquer meio de comunicação notícias

falsas, tendenciosas ou fatos verdadeiros modificados que levariam o povo a serem contra as autoridades constituídas. A pena aumentaria para cinco anos se a divulgação provocasse a perturbação da ordem pública. Já no artigo 45 quem utilizasse os jornais, revistas livros, panfletos, rádio, televisão, teatro para falar contra e promover uma guerra revolucionária ficaria por três anos na cadeia.

O governo, com medidas como essas, buscava blindar-se a qualquer custo de seus opositores e de opiniões contrárias. Arendt salienta que “é como se a violência fosse o pré-requisito do poder, e o poder, nada mais do que uma fachada, a luva de pelica que ou esconde a mão de ferro ou mostrará ser um tigre de papel.” (ARENDR, 2009, p. 64).

De acordo com Mazzei (2011, p. 77), fundado no Rio de Janeiro, em 1972, em um período caracterizado como um dos mais repressores dos 21 anos do regime militar brasileiro, cujo presidente era o general Emílio Garrastazu Médici, “o jornal *Opinião* enfrentou forte oposição. O *Opinião* foi um dos jornais que, no período da ditadura militar brasileira, ao mesmo tempo que desafiava abertamente a censura, era um dos que mais sofria com o cerceamento da liberdade de expressão.”

Figura 06 - Capa *Jornal Opinião* da década de 70



Fonte: <http://www.historianet.com.br/> Acesso em: 06/05/2019.

O n.º 24 foi apreendido, mas uma semana depois voltou a circular com cortes; o n.º 26 foi sumariamente proibido de ser impresso; o n.º 55 nem chegou a circular, diante do volume de cortes dos censores, que desfigurou a edição; os n.ºs 195 e 205 foram apreendidos ainda na gráfica e o 231 – o último – foi parcialmente apreendido (MARCONI, 1980, p. 67).

Figura 07 - Capas da Revista *Veja*

Fonte: <https://www.revistabula.com/> Acesso em: 09/05/2019.

Em 1973 a censura na revista *Veja* não estava ocorrendo de forma tão rigorosa, acontecia por meio de bilhetes e telefones. Até a inclusão na capa da atriz Darlene Glória, a revista voltou a ter sua circulação censurada previamente. A artista era considerada símbolo sexual do período, e havia interpretado uma prostituta no filme *Toda nudez será castigada* e recebido um prêmio no festival de Berlim. Na entrevista afirmou que seu papel teria muita semelhança com sua vida. Motivos suficientes para a censura.

Figura 08 - Capas da Revista *Manchete*



Fonte: <https://www.revistabula.com/> Acesso em: 10/05/2019.

De acordo com Jorge Ferreira e Angela de Castro Gomes, (2014) a Revista *Manchete* lançou duas edições comemorativas para cobrir o evento que acabavam de viver. Em uma das edições de abril um lembrete advertia: “Número para ser guardado pelos leitores como documento histórico” Em suas capas quem dominava era a figura de Carlos Lacerda que também permanecia em destaque no corpo da Revista.

Figura 09 - Capas da Revista *Realidade*



Fonte: <http://www3.eca.usp.br/biblioteca/servicos/colecoespecial> Acesso em: 14/05/2019.

Lançada pela editora Abril em 1966, a revista *Realidade* – publicação mensal – foi apresentada como “a revista dos homens e das mulheres inteligentes que desejam saber mais a respeito de tudo”. Com a intenção de informar, divertir, estimular e servir seus leitores, surge com proposta editorial diferenciada: fazendo uso do chamado jornalismo literário, trazia textos mais longos esmiuçando os assuntos abordados e envolvendo o leitor em suas narrativas. Aliado a isto, tratava de temas polêmicos e de grande repercussão, elementos que conferem à *Realidade* caráter inovador em termos de linguagem e abordagem temática. Sexualidade, ciência, religião, política, questões sociais em geral foram tratadas pela publicação que surgiu em meio à ditadura militar. (Disponível em:

<https://bibliotecadaeca.files.wordpress.com/2017/08/realidade-mulher.jpg>. Acesso: 12/04/2019).

Em 1967, a Revista Realidade foi censurada porque teve como foco a mulher. Pesquisas, entrevistas e a colaboração de mulheres marcam esta edição que em suas páginas dá destaque a frases como “sexo não tem nada com indecência”, “tenho como regra não deixar o mundo mandar em mim” e que gerou polêmica entre outros fatores, por ter registrado as cenas de um parto.

(Disponível em: <https://bibliotecadaeca.files.wordpress.com/2017/08/realidade-mulher.jpg>. Acesso: 12/04/2019).

Luiz Santana Pinto Juizado de menores de São Paulo e o Juiz Alberto Cavalcanti, acusavam a revista que falava sobre as mulheres continha material obsceno que ofendia a dignidade e os bons costumes.

Figura 10 - Revista O Cruzeiro



Fonte: <https://www.claudiosuenaga.com.br/ocruzeiro/> Acesso em: 14/05/2019.

O *Cruzeiro* foi criado em 1928 por Carlos Malheiro Dias, passando posteriormente a integrar com *A Cigarra*, o império de comunicações *Diários Associados*, fundado em 1924 pelo jornalista e megaempresário Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, mais como conhecido como Assis Chateaubriand ou Chatô. Trouxe um novo conceito gráfico e visual. O veículo de comunicação era semanal e focado no entretenimento, com muitas fotografias e vários títulos, o que possibilitava a leitura a diversas pessoas, independente da idade, abrindo desta maneira as portas para um novo público emergente: a mulher. Seguiu uma linha editorial concisa de frente popular. A pauta era baseada em fatos prováveis e banais de aceitação garantida. Entre os diversos assuntos abordados, a revista abordava temas sobre Hollywood, cinema, esporte, saúde, seções de charges, política, culinária e moda. Com o Regime Militar e a ascensão de outros conglomerados, [...] contribuíram para o fim da revista em julho de 1975. (Disponível em: <http://www.rankbrasil.com.br/> Acesso em 12/04/2019).

O *Cruzeiro* descreveu com entusiasmo o que aconteceu após o 1º de abril. Em sua Edição histórica, de 10 de abril de 1964, descreve o clima das ruas do Rio de Janeiro concluindo assim: “homens, mulheres e crianças empunham bandeiras, lençóis, comemorando o que ficou sendo o carnaval da vitória.” (FERREIRA, GOMES, 2014, p.11).

Em resumo, nem todos os jornalistas foram complacentes com a Ditadura. Alguns lutaram contra o regime antes e após 1964. O mesmo dizemos dos donos de revistas e jornais. Alguns colaboraram, outros rechaçaram o Militarismo instaurado no Brasil.

Quando soube da censura, Ziraldo escreveu uma carta para o Ministro da Justiça do governo. Nela, havia uma assinatura de Ziraldo e uma pessoa se afogando com a palavra ‘help’.

Figura 11 - Charge que representou um slogan do regime civil-militar



Fonte: ANDRADE, 2000. <https://cepein.femanet.com.br> Acesso em: 16/05/2019.

Fica latente que a intenção dos idealizadores dessa mensagem era direcioná-la àqueles que “discordavam”, que, no nosso entender, tratava-se do grupo que empreendia oposição mais militante ao regime, questionando a sua configuração, arbitrariedades e formas de agir. Ou seja, esse slogan colocava em situações opostas os aderentes ao governo, que deveriam não só apoiá-lo, mas também celebrá-lo e amá-lo, e os subversivos, inimigos do regime, rotulados de não patriotas, que, por assim agirem, deveriam ser submetidos a toda forma de intolerância, por “tumultuarem a ordem nacional”. (MARCONI, 1980, p. 68).

Vale observar que os slogans das campanhas são sempre “Prá frente Brasil”, “Ninguém segura este País”, “Ame-o ou deixe-o”, são voltadas para um país que caminha próspero, sem violência, e mesmo quando se é convidado a deixar o Brasil é por falta de amor. São aqueles que não amam o país.

A censura de diversões públicas era exercida pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) e detinha-se sobre questões morais e comportamentais. Assim, filmes, peças de teatro, livros, programas de televisão, entre outros, além da mídia escrita, passavam pelo crivo dos censores, que acreditavam que a “subversão” se valia da “corrupção dos costumes” para aliciar a juventude.

Segundo Mota (2013), pode-se falar ainda na censura empresarial, inerente à estrutura das grandes empresas capitalistas, obrigada a fazer concessões e ceder a pressões. Já a censura de cunho político vigora em um momento histórico determinado, atuando de forma externa às redações dos periódicos e sendo exercida pelo Estado para proteger seus interesses.

Após a morte repentina de Tancredo Neves, seu vice José Sarney assumiu a presidência, e foi de responsabilidade dele, acompanhar a organização da Assembleia Nacional Constituinte em 1987. Esta era entendida como uma ferramenta anti ditadura, que iria preservar a proteção dos direitos da população.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o ano de 1980 não houve mais as chamadas censuras explícitas, mas até nos dias atuais de alguma forma há censura e formas de manipulações, da mídia e do governo, na tentativa de impor conceitos, imagens sobre o que é mais importante para o governo e seu grupo político.

Em nossa contemporaneidade, vivemos casos explícitos de golpes assim como foi o de 1964, onde a classe dominante composta por deputados e senadores envolvidos em casos de corrupção fez com que uma presidente legitimamente eleita em democracia, com maioria dos votos, fosse condenada e destituída do cargo por crimes não cometidos, a fim de haver um começo de uma “tomada” de poder com um golpe de estado³.

Portanto, vale salientar que após todo este tempo, vemos que a nossa democracia sofre e tem seus dias contados se não forem tomadas iniciativas. Aliás, a ditadura foi uma reação de ódio das classes dominantes sobre a vontade popular. Vários projetos de lei são propostos diariamente no congresso para tentar frear a liberdade assim como o *Escola sem Partido*, na iniciativa de limitar o pensamento

³ No ano de 2016, aconteceu o impeachment da presidente Dilma Rousseff que foi destituída do cargo pelo congresso onde a acusaram de ter praticado crime de responsabilidade pela prática das chamadas "pedaladas fiscais" e pela edição de decretos de abertura de crédito sem a autorização do Congresso.

crítico em nossas escolas ou fazendo cortes nos orçamentos das universidades onde são formados homens e mulheres que pensam, motivo este que os partidos da direita nunca irão aceitar.

A ditadura civil-militar no Brasil foi bastante prejudicial ao país onde a credibilidade de nosso Estado Democrático de Direito foi e é questionada. Não podemos permitir que a censura retorne assim como tantos casos que vimos durante a abordagem deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a violência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

AQUINO, Maria Aparecida. "Mortos sem sepultura". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org). **Minorias Silenciadas: História da Censura no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

DANTAS, Audálio. **A Mídia e o Golpe Militar**. 2014, São Paulo: 2014. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100007>. Acesso em: 25 de fev de 2019.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FICO, Carlos. **Além do Golpe: a tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MARCONI, Paolo. **A censura política na imprensa brasileira (1968-1978)**. São Paulo: Global, 1980.

MAIA, Maurício. "Censura, um processo de ação e reação". In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. (org). **Minorias Silenciadas: Histórias da Censura no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2002.

MAZZEI, Victor Reis. **Jornal o Diário: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974)**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2011.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969**. 2013. Belo Horizonte. 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/topoi/v14n26/1518-3319-topoi-14-26-00062.pdf>>. Acesso em: 2 de mar de 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Eliézer R. de. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1976.

RAPOSO, Eduardo. **1964. 30 anos depois**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.
REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Brasiliense. 2000.

SMITH, Anne Marie. **Um acordo forçado**: o consentimento da imprensa à censura no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

Fontes:

- Figura 01 - <https://www.google.com.br/> Acesso em: 19/03/2019.
Figura 02 - <https://www.google.com.br/> Acesso em: 14/04/2019.
Figura 03 - <https://www.google.com.br>. Acesso em: 14/04/2019.
Figura 04 - <https://bibliotecadaeca.files.wordpress.com> Acesso em: 18/04/2019.
Figura 05 - MAZZEI, Victor Reis. **Jornal o Diário**: a censura e o papel da publicidade nos anos de chumbo (1968-1974). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: 2011. Acesso em: 06/05/2019.
Figura 06 - <http://www.historianet.com.br/> Acesso em: 06/05/2019.
Figura 07 - <https://www.revistabula.com/> Acesso em: 09/05/2019.
Figura 08 - <https://www.revistabula.com/> Acesso em: 10/05/2019.
Figura 09 - <http://www3.eca.usp.br/biblioteca/servicos/colecao especial> Acesso em: 14/05/2019.
Figura 10 - <https://www.claudiosuenaga.com.br/ocruzeiro/> Acesso em: 14/05/2019.
Figura 11 - ANDRADE, 2000. <https://cepein.femanet.com.br> Acesso em: 16/05/2019.

AGRADECIMENTOS

Não tenho palavras para descrever este momento, mas procurei incluir todos que fazem parte desse sucesso, de alguma forma ou de outra.

Primeiramente a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse, sem ele nada disso seria possível, e ao longo de minha vida me abençoa com seu amor infinito.

A minha orientadora e Prof.^a Dr.^a Edna Maria Nóbrega Araújo, muito atenciosa que contribuiu com minha pesquisa e elaboração deste trabalho.

A todo corpo docente aqui representado pela Prof.^a Dr.^a Naiara Ferraz e a Prof.^a Dr.^a Joedna Reis que fizeram parte da minha história aqui nesta instituição de ensino.

Aos colegas de classe, a turma 2012.2 que foram meus companheiros de trabalhos e fizeram parte da minha formação e que irão continuar presentes em minha vida.

A minha mãe Lúcia por me dar amor e incentivo para enfrentar os desafios da vida acadêmica e aos meus familiares pela torcida.

Aos amigos e amigas que carrego no coração que deram uma contribuição valiosa. Obrigado pelos conselhos, palavras de apoio, puxões de orelhas e risadas. Só tenho a agradecer e dizer que esse mérito também é de vocês. Agradecido!